

## **DE ESPAÇO DE VIDA DA TRAJETÓRIA CAMPONESA A TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: o caso do município de Vera, MT<sup>1</sup>**

### **FROM PEASANT TRAJECTORY LIFE SPACE TO AGRIBUSINESS TERRITORY: the case of the municipality of Vera, MT**

**Renata Maria da Silva**

Mestra em Geografia (UNEMAT), docente de Geografia na Educação Básica  
Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MT), MT, Brasil  
renatamaria.enzo@gmail.com

**Aumeri Carlos Bampi**

Doutor em Filosofia e Ciências da Educação (USC/Espanha), docente da Faculdade de Educação  
e da pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e de Geografia (PPGGEO), Universidade do  
Estado de Mato Grosso (UNEMAT), MT, Brasil  
aumeri@unemat.br

**José Aldair Pinheiro**

Mestre em Ciências Ambientais (UNEMAT), docente de História na Educação Básica  
Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MT), MT, Brasil  
jpinheiral@gmail.com

#### **Resumo**

O estudo descreve a transformação do território camponês em espaço apropriado pelo agronegócio, no município de Vera, MT. A investigação, realizada em 2018, foi de cunho qualitativo com procedimentos de revisão bibliográfica e trabalho de campo (observação direta e entrevistas). Observou-se que o processo de ocupação, no contexto da fronteira agrícola capitalista, ocorreu em diversas fases que alteraram profundamente os aspectos socioambientais locais. Camponeses dirigiram-se para a abertura das áreas (década de 1970). Na sequência, o extrativismo florestal impulsionou a chegada de novos migrantes, quando parte da força de trabalho do campo deslocou-se a atividade madeireira, intensa nas décadas de 1980 e 1990. Recentemente (ano de 2000 em diante), ocorreu a apropriação do território pelo agronegócio ligado às corporações de *commodities*. A supressão da floresta para a agricultura comercial de grãos intensificou a degradação ao bioma e inseriu a alienação do território às corporações. Embora ainda exista a presença da agricultura camponesa inicial e em assentamentos rurais recentes, há interferência da produção hegemônica. A perspectiva de renda e trabalho campo-cidade está vinculada à agricultura comercial de larga escala, com implicações ambientais, econômicas e sociais.

**Palavras-chave:** Vera, MT. Migração camponesa. Exploração madeireira. Agronegócio. Implicações socioambientais.

---

<sup>1</sup> A investigação contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT.

## Abstract

The study describes the transformation of peasant territory into space appropriated by agribusiness, in the municipality of Vera, MT. The investigation, carried out in 2018, was of a qualitative nature with bibliographic review procedures and fieldwork (direct observation and interviews). It was observed that the occupation process, in the context of the capitalist agricultural frontier, occurred in several phases that profoundly changed the local socio-environmental aspects. Peasants headed for the opening of the areas (1970s). Subsequently, forest extractivism boosted the arrival of new migrants, when part of the labor force in the countryside moved to logging, which was intense in the 1980s and 1990s. Recently (2000 onwards), there was the appropriation of the territory by agribusiness linked to commodity corporations. The suppression of the forest for commercial grain agriculture intensified the degradation of the biome and inserted the alienation of territory to corporations. Although there is still the presence of initial peasant agriculture and in recent rural settlements, there is interference from hegemonic production. The perspective of rural-city income and work is linked to large-scale commercial agriculture, with environmental, economic and social implications.

**Keywords:** Vera, MT. Peasant migration. Logging. Agribusiness. Social and environmental implications.

## Introdução

A partir da década de 1930, o Brasil entrou em um processo de profunda reorganização e reestruturação produtiva. Esse movimento trouxe como consequência a reconfiguração interna do território nacional a partir da articulação de sua integração socioespacial. Frise-se que a finalidade era a ocupação capitalista com utilização dos recursos naturais disponíveis, em especial, no Centro-Oeste e na Amazônia.

Assim, Getúlio Vargas – presidente à época – estabeleceu um plano político, a *Marcha para o Oeste*, cujo objetivo principal era a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, por meio da inserção de populações de outras regiões. Os governos posteriores ao de Vargas aderiram à percepção do Centro-Oeste e da Amazônia como fonte de recursos (terra, minérios e floresta). Nesse sentido, a imensidão de terras, que poderiam ser destinadas a atividades de agropecuária, tornava-se um atrativo.

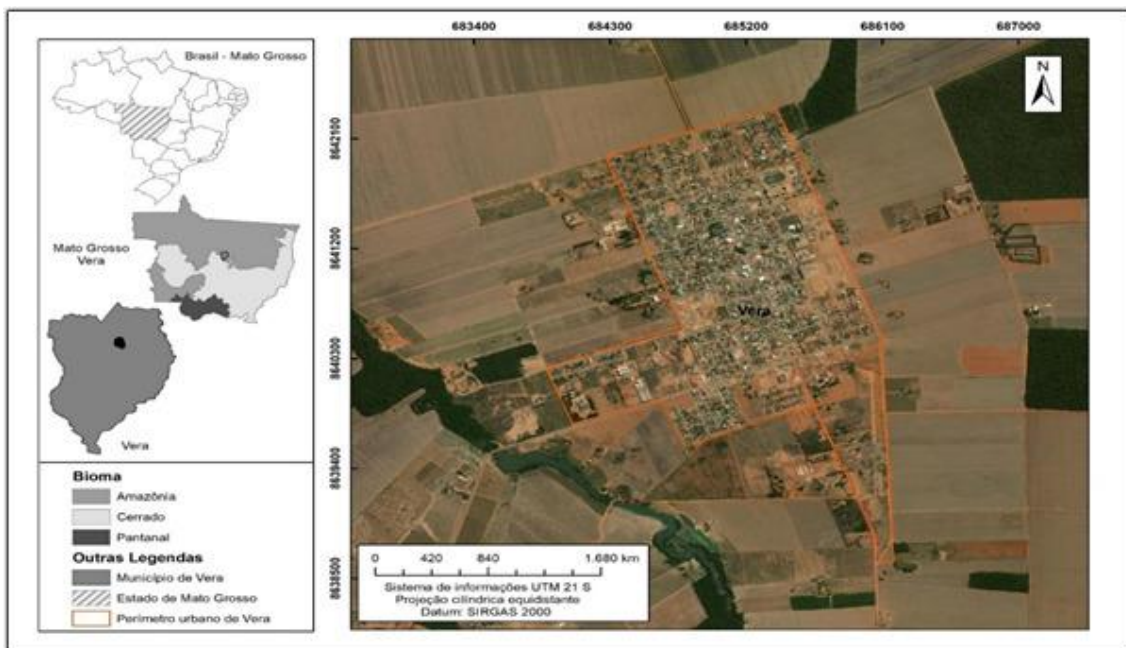
Seguindo esse ideário, novas estratégias políticas e econômicas do Governo Federal, na década de 1970, objetivavam o incremento à produção agropecuária e também à absorção do excedente de mão de obra das outras regiões que passavam por conflitos por terra. Cabe a ressalva de que, desde décadas anteriores, aumentava o êxodo do campo, uma vez que não havia fontes de trabalho suficientes. Desse modo, Mato Grosso e os

demais estados da Amazônia Legal passaram por um intenso processo de reconfiguração interna, sofrendo impactos em todas as esferas: social, ambiental, política e econômica (SILVA, 1981), absorvendo milhares de camponeses e outros cidadãos na fronteira agrícola-urbano-industrial que se abria.

Desse modo, fez parte de estratégias dos governos militares a abertura de estradas, com a construção de grandes eixos rodoviários que cortam o país. Para tal feito, foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), instituído via Decreto-Lei nº 1.106/1970, para subsidiar a construção de rodovias e impulsionar projetos de colonização privados por meio de empresas imobiliárias, tais como a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (Colonizadora SINOP), que promoveu a ocupação de Vera, MT.

O município, localizado no bioma Amazônia, possui uma taxa de desflorestamento na atualidade da ordem de 66,25 %. Ainda, compõe a Bacia Amazônica e a Sub-Bacia dos rios Teles Pires e Xingu; está inserido na mesorregião norte mato-grossense e na microrregião 524-Sinop (MATO GROSSO, 2017).

**Figura 1** - Mapa de localização do município e cidade em meio a áreas agrícolas



Fonte: Acervo particular dos autores (2021)

Em Vera, as transformações espaciais iniciaram-se com o projeto de colonização Gleba Celeste, na década de 1970, que ocorreu a partir da migração de sulistas e com a

abertura de áreas para a agricultura, que, nos primeiros anos, mostrou-se problemática porque os conhecimentos técnicos eram inadequados à agricultura e a estrutura de atendimento aos migrantes era precária. Na sequência, houve a exploração madeireira, que se tornou a principal atividade e o motor econômico por duas décadas (1980-1990), até decair pela intensa exploração e ausência de manejo florestal (SILVA; BAMPPI, 2020).

A partir de meados da década de 1990, a pressão e a disputa por terras pelo agronegócio (Vera é adjacente a Sorriso, maior produtor de soja na região e autodenominada capital do agronegócio brasileiro) deram início à marcha sobre áreas de terra cobertas pela vegetação nativa, já explorada. Nesse processo, o espaço ocupado pela floresta sofreu uma rápida conversão à terra nua, à agricultura comercial de larga escala. Assim, a partir dos anos 2000, a produção de grãos (soja e milho) extrapolou os limites do cerrado (município de Sorriso) e se expandiu sobre o território municipal (bioma Amazônia).

Desse modo, este estudo tem como objetivo descrever o processo de transformação do território camponês em espaço apropriado pelo agronegócio no município de Vera, MT, demonstrando as principais implicações sociais, econômicas e ambientais.

A pesquisa é qualitativa, com procedimentos de revisão da literatura e atividades de campo, por meio de observação direta e realização de entrevistas. Foram ouvidos integrantes da sociedade (20 participantes, nove mulheres e onze homens que preferiram não ser identificados), com o intuito de compreender como percebem seu espaço de vivência e as implicações contidas nele. A investigação foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética da UNEMAT, sob o Parecer nº 2.771.189/2018.

Este estudo foi dividido em cinco tópicos: o primeiro aborda a ocupação do norte de Mato Grosso; o segundo revela a versão dos primeiros migrantes no que tange à colonização e seu estabelecimento no novo local. Em seguida, é contextualizada a atividade econômica, seu declínio e as particularidades. O último tópico ilustra como foi feita a transição para o estabelecimento da agricultura comercial, bem como as implicações. Finaliza-se com as considerações.

## O norte mato-grossense na integração nacional

A partir da década de 1930 (era Vargas), o país iniciava a industrialização nacional, buscava a diversificação agrícola e propunha a integração socioeconômica nacional. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os governos brasileiros consideravam o Centro-Oeste e a região amazônica como espaço a ser apropriado economicamente. Desse modo, disponibilizaram extensas áreas de terras a colonizadoras particulares por valores irrisórios; assim, por meio da colonização, esse problema seria superado, entretanto, resultaria em conflitos no encontro das territorialidades.

Após o golpe militar (1964), o governo elaborou alguns dispositivos econômicos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para efetivar seus projetos. A região sofreu um acelerado processo de ocupação a partir de 1970, quando da construção da BR-163 (BECKER, 1990).

Entre 1970 e 1974, o INCRA assentou colonos em Rondônia e Mato Grosso, conforme a proposta do projeto POLONOROESTE, o qual era responsável por três objetivos: aumentar a produtividade de alimentos para abastecer o mercado interno e para exportação, a partir da agricultura; frear o êxodo rural (re)direcionando o grande fluxo de migrantes das metrópoles do Sudeste para o Centro-Oeste e para a Amazônia; e reduzir os conflitos agrários do Nordeste e Sul do país (MIRANDA, 1990).

A partir de 1971, a colonização particular foi autorizada pelo INCRA em áreas prioritárias à reforma agrária, nas faixas compreendidas até dez quilômetros de cada margem das novas rodovias e em terras devolutas incorporadas à União, com valores altamente vantajosos. No ano de 1976, as empresas colonizadoras começaram a atuar na seleção de agricultores para trabalhar em forma de cooperativas: uma estratégia de mantê-los subordinados às colonizadoras. A colonização privada priorizava os grupos empresariais e os agricultores com melhor poder aquisitivo, sendo dificultada a aquisição de propriedades a migrantes descapitalizados (SCHAEFER, 1985).

Desse modo, diversos grupos de empresários do Centro-Sul do país adquiriram grandes áreas de terra em Mato Grosso. Inicialmente, ocupavam as terras à margem das rodovias federais, as quais, depois, eram compradas do INCRA por baixo valor. Essas propriedades variavam entre 101 a 3.000 hectares; no entanto, incorporaram muito além dessas medidas por meio de documentos falsos, adquiridos com procuradores, e por meio

da manipulação de documentos enganosos junto aos órgãos oficiais, como declarações comprovando que aquelas áreas não eram habitadas por índios ou posseiros (MORENO, 2007). Assim, a colonização oficial, bem como a particular, foi utilizada pelo governo para controlar a posse da terra. Dessa forma, desautorizaram o governo estadual, sendo também um artifício para proporcionar o acesso à terra aos trabalhadores expropriados – do Sul, Nordeste e Sudeste – resolvendo parte dos conflitos nesses locais, evitando uma reforma na estrutura do campo brasileiro (MORENO, 2007).

Nesse contexto, a modernização da agricultura brasileira levou ao avanço da fronteira agrícola e ao processo de colonização, concomitantemente, dinamizando a ocupação e tão logo a reconfiguração do espaço mato-grossense. Segundo Becker (1990), a atração de migrantes de todo território nacional foi uma das principais estratégias desenvolvidas pelo estado para ocupar o Cerrado e a Amazônia.

### **A materialização das transformações e a produção do território: o caso de Vera**

A história de Vera teve início em fevereiro de 1970, quando o empresário Ênio Pipino e seus sócios fundaram a Colonizadora SINOP S/A com a finalidade de negócios imobiliários na região amazônica. Em abril do mesmo ano, esse empreendimento recebeu do governo federal (via INCRA) a certificação de empresa colonizadora – autorização necessária para dar início aos seus projetos de colonização Gleba Celeste<sup>2</sup>, no norte de Mato Grosso (com apoio legal e amparo do PIN), bem como para obter acesso aos recursos e subsídios ao processo de abertura da área a ser colonizada. As terras, adquiridas via localização cartográfica, não eram conhecidas. Grupos de trabalhos foram enviados à região para reconhecimento e abertura das áreas onde seriam fundados os núcleos urbanos de Vera, Sinop e Santa Carmem – municípios que dariam suporte à colonização e à abertura de novos espaços antes “desocupados” (PANOSSO NETTO, 2002).

Para a efetivação do projeto, foi preciso recrutar mão de obra e pessoal interessado na aquisição de terras no local e, para tanto, a empresa colonizadora (juntamente com o governo brasileiro) veiculava propagandas enaltecedoras das terras amazônicas – prósperas, baratas, sem pragas nem geada. O *marketing* da Gleba Celeste era realizado

---

<sup>2</sup> A área da Gleba Celeste dividiu-se em alguns núcleos, sendo o primeiro parcelado em três partes, a saber: “1. Primeira parte, com 63.741,30 ha, denominada cidade de Vera; 2. Segunda parte, com 64.407,67 ha, denominada cidade de Santa Carmem; 3. Terceira parte, com 59.519,00 há, denominada cidade de Sinop” (PANOSSO NETTO, 2002, p. 38).

principalmente nas regiões Sul e Sudeste pelos veículos de comunicação da época (rádio, jornal impresso, folders), agenciadores e corretores imobiliários.

Assim sendo, muitos rumaram para o norte mato-grossense (e Vera) em busca de trabalho e de terras para a pequena e média agricultura, objetivando o subsídio e a geração de riqueza. Frise-se que um número considerável dessas pessoas integrava os excluídos do local de origem, que buscava novo espaço para alcançar a terra sonhada. Havia, portanto, a expectativa de concretizar uma vida mais próspera – uma realidade distante nas demais regiões brasileiras em razão do alto valor das terras, e da crescente incorporação das pequenas propriedades pelos latifúndios monocultores, já em processo de intensificação técnica, que ligava a agricultura ao modelo industrial de larga escala.

Assim, ao se direcionarem à fronteira agrícola, os migrantes passaram por diversos infortúnios, uma vez que as estradas e as pontes estavam em construção, dificultando o tráfego. Eram fatos conhecidos, mas negligenciados pelo Estado e pela empresa imobiliária, os quais, em nome da acumulação capitalista, continuavam a direcionar essas pessoas à fronteira amazônica, pois eram necessárias para efetivar a expansão. Os camponeses rumaram à região de Gleba Celeste com suas famílias e pertences em transportes improvisados, deparando-se com acidentes frequentes, intensificados no período chuvoso, neste caso, nos meses de outubro a maio (SILVA; BAMPI, 2020).

Para a liberação dos projetos junto ao INCRA, as empresas imobiliárias se responsabilizavam pela infraestrutura básica ao assentamento dos camponeses, como a abertura do núcleo urbano, instalação de escola, igreja, comércio, entre outros. Contudo, essa não foi a realidade encontrada. Assim, quando chegaram à região de Gleba Celeste/Vera, montaram acampamento às margens do rio Caiabi – importante recurso hídrico que subsidiou fornecimento de água para subsistência, higiene pessoal e alimentação à base de peixes, dada a abundância da ictiofauna. O acampamento prevaleceu de meados de 1971 até o final do ano de 1972, onde os primeiros moradores permaneceram em situação precária até a demarcação dos lotes e a construção de suas moradias, no local destinado para lotes urbanos e lotes rurais (SILVA; BAMPI, 2020).

Aí a gente chegou aqui e fomos acampar, fizemos barracos de lona plástica. Na época eu tinha 33 anos, ficamos morando dois anos nesse acampamento [...] aqui não tinha nada, só um armazém para colocar a mercadoria e uma oficina mecânica. Tinha uma equipe de 20 ou 30 homens esparramados pela

Gleba inteira, uns mediam, fazendo picada, medindo terra e era desse jeito!  
Não tinha nada, era só aquilo (TRABALHADOR APOSENTADO, 82 anos).

No acampamento, os camponeses se viram entregues à própria sorte – estavam praticamente amontoados em meio à selva. No caso, precisavam conviver com a incerteza diária, com suas famílias (crianças e idosos), em um lugar hostil junto com animais silvestres, bem como endemias desconhecidas por eles. Não havia local adequado para higiene pessoal, a alimentação era improvisada e com base prioritariamente nas provisões levadas para viagem. A proteína animal complementar era adquirida pela caça e pela pesca (SILVA; BAMPI, 2020).

Após a derrubada da floresta e o estabelecimento das primeiras condições agrícolas dos lotes, nos primeiros anos, a pretensão era cultivar arroz, feijão, milho e, ainda, desenvolver a criação de animais; nesse caso, aves, suínos e gado bovino. Após esse período, os migrantes intencionavam cultivar café, amendoim, pimenta-do-reino e juta. (PANOSSO NETTO, 2002). Os planos econômicos da colonizadora junto aos migrantes envolviam apostar, principalmente, na lavoura de café, produto com o qual os agricultores já trabalhavam no estado do Paraná, aproveitando seu conhecimento anterior. Esse tipo de produção atendia uma demanda do mercado internacional, pretensão do Estado como forma de interligar o espaço amazônico ao restante do país e, também, dar continuidade à modernização do setor agrícola iniciada em décadas anteriores.

Nos primeiros tempos, as plantações de café desenvolveram-se; no entanto, a cultura não prosperou devido à falta de conhecimento técnico-ecológico da região: clima, ciclo das chuvas, acidez da terra, entraves à comercialização da produção, entre outros complicadores. Os migrantes camponeses não conheciam o geoambiente e, dessa forma, outras culturas (milho, arroz, feijão, pimenta-do-reino, entre outras) não se desenvolveram como o esperado (SCHAEFER, 1985).

Na época eles tentaram plantar café e não deu certo, o solo era ruim, o PH da terra era muito ácido, não tinha como tratar a terra por falta de conhecimento, por falta de profissionais de agronomia, mas nessa época não deu café, que eles queriam plantar. Na verdade, a extração da madeira continuava, não teve essa de tentar parar a extração da madeira para plantar porque para plantar tinha que ter uma boa máquina (COMERCIANTE, 67 anos).

Com o passar do tempo, pesquisas laboratoriais e de campos experimentais foram realizadas, desse modo, foi possível obter mais conhecimento do solo amazônico,



revelando como efetivar sua correção. Assim foi viável, também, o desenvolvimento e a adequação do plantio daquilo que realmente poderia ser cultivado com sucesso. No entanto, o gasto já ultrapassava os limites previstos, deixando os camponeses descapitalizados e desanimados, tanto que muitos venderam suas propriedades e foram tentar a sorte em outros locais. Alguns foram admitidos como funcionários da empresa colonizadora ou nos lotes dos vizinhos; aqueles que possuíam uma reserva monetária foram trabalhar como empresários na nascente indústria madeireira, que se tornou, a cada ano, mais próspera. Poucos permaneceram no setor agrícola (MIRANDA, 1990).

Dessa forma, dentro do sistema capitalista de expansão das fronteiras, os colonos são peças fundamentais ao êxito do plano; entretanto, possuem vida útil muito curta ao sistema, pois “só entram na fase inicial do processo, quando há a necessidade de mão de obra abundante, sendo mais tarde dispensados e substituídos pelos bois e pelas máquinas” (SCHAEFER, 1985, p. 28). Os primeiros migrantes, em sua maioria pequenos agricultores e trabalhadores braçais, constituíam um verdadeiro exército de reserva, marginalizados pela Revolução Verde e pela implantação da agricultura moderna à mercê do mundo urbano-industrial e, neste período, em intensa financeirização.

De acordo com relatos dos colaboradores da pesquisa, durante a fundação do núcleo urbano de Vera, muitas transgressões sociais foram cometidas, tais como: desrespeito aos povos originários; inconsistência entre a proposta/propaganda e a realidade encontrada; ausência de atendimento médico-hospitalar; restrição na alimentação; habitações inadequadas; ausência de saneamento básico; falta de prevenção às doenças tropicais (febre amarela e malária); ausência de acesso à escolarização; dificuldades do desenvolvimento da agropecuária; isolamento, distância dos outros familiares, que permaneceram em seus locais de origem; e dificuldade de comunicação.

Houve também muitas implicações ambientais, tendo em vista que, ao executarem o projeto Gleba Celeste, substituíram extensas áreas da floresta Amazônica, sua fauna e flora, para a construção da área urbana, abertura dos lotes rurais e de estradas. Ainda, houve excessiva retirada da vegetação dos leitos dos rios e de suas nascentes. Essas ações ocasionaram assoreamentos e desvios dos cursos d'água, desmatamento, queimadas, entre outros danos ambientais, ou seja, deu-se início a uma alteração da paisagem e de todo o ecossistema local.

## O extrativismo florestal e a indústria madeireira: sustentação econômica até a década de 1990

A agricultura não se desenvolveu conforme o planejado e, assim sendo, a atenção se voltou à exploração florestal a partir da extração madeireira, recurso muito abundante à época. Alguns migrantes desempenhavam trabalhos no setor madeireiro no local de origem e se direcionaram à região de Vera com essa finalidade. No ano de 1972, Lucindo Sandri montou a primeira serraria (Serraria Chapada) com produção exclusiva para as construções da Gleba Celeste (casas, escola, igreja, etc.) (PANOSSO NETTO, 2002).

A partir de 1978, o comércio madeireiro iniciou a produção comercial. A administração dos negócios era basicamente familiar, destinando-se, apenas, a serrar a madeira bruta e a comercializá-la. Assim, transformavam-se toras em peças menores, enviadas para o beneficiamento nas regiões Sudeste e Sul do país. No início da década de 1980, as indústrias de porte empresarial começaram a se proliferar, intensificando-se no ano de 1984, ao ser concluída a BR-163, de Cuiabá até Sinop (PANOSSO NETTO, 2002).

A economia madeireira daqui era só pegar e cortar árvores, cortar em pranchas e mandar para fora, a ideia não era beneficiar. Na época tinha pouco beneficiamento, a madeira era praticamente toda enviada para fora, na verdade a riqueza ia toda para fora do município (MARCENEIRO, 61 anos).

Conforme Panosso Netto (2000), no período da intensa exploração madeireira, era necessário fazer o projeto e pagar licença (taxa de reposição florestal) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O imposto pago para a extração, segundo o referido órgão, seria destinado ao reflorestamento, ação nunca concretizada por parte do órgão federal no município.

Nos primeiros anos, a falta de conhecimento das espécies florestais amazônicas pelos camponeses e pelo mercado madeireiro, a pouca tecnologia e a abundância da floresta contribuíram ao enorme desperdício. As serrarias instaladas no período inicial não davam conta de serrar toda a madeira derrubada à abertura dos lotes urbanos, rurais e das estradas, situação que levava à queima das toras ou seu apodrecimento no solo.

Naquela época, havia pouca preocupação ambiental, a exploração florestal foi executada sem planejamento de manejo. As técnicas preconizavam a limpeza de toda a área para agricultura. A questão ambiental começou a ser cobrada pelos órgãos responsáveis com mais regularidade na segunda metade da década de 1990. No entanto,

o Código Florestal Brasileiro já existia desde o ano de 1965, criado pela Lei nº 4.771/1965, na busca por soluções à devastação florestal. Nesse documento, constava que a Reserva Legal (RL) seria de 20% a 50% nas propriedades em território nacional. Em 1996, com a Medida Provisória nº 1.511, de 25/7/1996, esse valor passou a ser de 80% de RL nas áreas de cultura fitofisionômicas arbóreas da Amazônia Legal (GONÇALVES, 2018).

No tocante à supressão da floresta originária para agricultura, as árvores eram derrubadas e, posteriormente, amontoadas e queimadas ou até eram deixadas para apodrecimento a céu aberto.

Quando chegamos ficamos apavorados! Aqui tinha um monte de madeira e toras, a gente que veio de cidade grande e não tinha ideia, era horrível! Era muita madeira jogada fora, eram madeiras muito boas e eles pensavam que era uma fonte inesgotável, que a floresta nunca iria acabar, aqui se botava madeira fora. Passava pelo meio da rua chutando madeira. O padre, vendo a destruição, anteviu o problema e até disse que Vera não iria mais existir quando a madeira acabasse (PROFESSORA APOSENTADA, 59 anos).

O relato demonstra a insatisfação da entrevistada em relação à forma como foi tratada a floresta, situação que era uma preocupação, sobretudo, para quem conhecia a realidade de outros estados e testemunhou a degradação ambiental e suas consequências. Destaca-se, ainda, que as pessoas ficavam horrorizadas ao presenciar desrespeito ao meio ambiente e a ganância corroendo a floresta. Seguindo a lógica do desenvolvimento a qualquer custo, a preocupação ambiental era ignorada: o modelo desenvolvimentista impulsionava a exploração.

Nesse contexto, ocorreram parcerias não programadas, mas que, somadas, aceleraram a degradação ambiental, pois o setor madeireiro iniciou abrindo clareiras, estradas, incentivando derrubadas sem manejo, sem projetos (ou com), ignorando a biodiversidade. Após a seleção, retiravam-se as espécies mais rentáveis. Na sequência, as áreas eram repassadas às empresas agropecuárias, que adotaram tratores de esteiras e técnicas de uso de correntões para a derrubada. Por fim, o fogo completava o ciclo devastador, destruindo o conjunto da biodiversidade (PICOLI, 2004).

De acordo com Picoli (2004), durante o processo de extração madeireira do norte mato-grossense, não havia técnicas corretas de manejo. A Amazônia seria devastada em nome de um grande projeto que não contemplava a indústria de transformação, pois as

empresas selecionavam as árvores de melhor rentabilidade. Após, partiram para um novo lugar, deixando um rastro de destruição.

Ainda, segundo o autor, as leis ambientais não passavam de palavras mortas que enfeitavam papéis. Em muitos casos, serviam para legalizar a devastação ou para serem burladas, com a certeza da impunidade, visto o controle político, econômico e militar dos grandes grupos ali estabelecidos. O prejuízo ambiental foi irreversível; entretanto foi o sustentáculo econômico da região e mantenedor dos operadores locais do capital que transformaram a riqueza florestal nos grandes empreendimentos agrícolas que viriam a se realizar. Mesmo diante da degradação ambiental, a derrubada desregrada de árvores nunca foi contida no município, concomitante com a expansão das áreas destinadas às monoculturas.

Outro grande problema da referida época – em Vera e na maioria dos projetos de colonização – era a poluição atmosférica, causada pelo excesso de queima dos resíduos oriundos da serragem e dos restos de madeira, executada no processo de abertura de novas áreas para agropecuária e dos queimadores das indústrias madeiras (WEIHS; SAYAGO; TOURRAND, 2017). A queimada é um grave problema socioambiental, pois desenvolve diversas enfermidades respiratórias. No período em análise, a poluição era demasiada, essencialmente na estação da seca, agravada nos meses de agosto e setembro (meses de menor umidade relativa do ar); logo, a vida nesse período foi muito difícil e a saúde se debilitava, em especial, a dos idosos e a das crianças.

No final da década de 1990 comecei fazer meu curso superior em Sinop, era uma tristeza, era um inferno, porque eu ia para faculdade queimando com o calor das queimadas ao longo da estrada (MT-225). Queimavam as árvores que derrubaram e achavam que não dava para aproveitar, quando voltávamos às 23h, o inferno continuava e aquilo passava semanas queimando. Naquela época era muito difícil, a fumaça passava dois, três meses dentro de casa prejudicando a saúde (MARCENEIRO APOSENTADO, 61 anos).

Tinha muito desperdício, queimavam muita madeira. Colocavam fogo na serragem no pátio das madeiras, as crianças acabavam correndo por lá e se queimavam porque as brasas estavam mais perto do que imaginavam, os homens que trabalhavam na serragem também se queimavam (CAMPESINA APOSENTADA, 75 anos).

Alguns relatos revelam, ainda, o perigo que existia no entorno das empresas madeiras, tais como acúmulo de lixo, restos de madeiras – condição atrativa para animais peçonhentos. Outra situação, não menos importante, eram os acidentes

relacionados com a queima da serragem das indústrias (combustão do pó de serra). As crianças que moravam nas colônias das empresas (ou nas imediações), ao brincarem nos montes de serragem acumulada, não visualizavam as brasas que ardiam na parcela inferior do amontoado de resíduos e se queimavam gravemente.

### **O trabalho nos setores extrativos e madeireiros**

Durante as entrevistas, foi exposto que o trabalho no mato e nas serrarias – setor extrativista madeireiro – era muito perigoso, ocasionando muitas mortes e acidentes. Durante o processo, ao manusear motosserras, ocorriam cortes, traumas e até mortes por esmagamento, quando da queda dos galhos e das toras, além da iminência de contato direto com insetos e animais peçonhentos.

Nas indústrias madeireiras, também havia riscos à vida humana e à sua integridade física e psicológica, por exemplo, quando descarregavam as toras dos caminhões, pela ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs), ao manusear aparelhos cortantes, tais como guilhotinas (máquinas para corte de lâminas de madeira), destopadeiras (máquinas que cortam o topo de tábuas) e serras. Ainda, soma-se a isso o alto nível de ruídos, vícios posturais, contato com inseticidas e fungicidas (utilizados no trato das madeiras), alergias e irritações oculares provocadas pelo pó da madeira, entre outros fatores insalubres (PIGNATI, 2007). Nos primeiros anos, os acidentes eram mais frequentes. Atualmente, ainda ocorrem, mas com menor intensidade, visto que há utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) e maior eficiência das leis trabalhistas.

Nossa, já morreu muita gente aqui nesses matos e nessas serrarias, gente esmagada pelas toras. Um dia chegou um rapaz para trabalhar, ele era casado e tinha uma criança. Ele foi trabalhar e a serra escapou e bateu direto no meio dos dois olhos dele, eu só vi de longe ele jogando as duas mãos pra cima. Nós corremos pra ajudar, mas, não deu tempo para fazer nada. O pobre só trabalhou meio dia (SERRADOR, 62 anos).

O trabalho nas madeireiras e laminadoras, no decênio de 1980 e nos primeiros anos de 1990, envolvia praticamente toda a família. Era um período de muita precariedade: “[...] eu acho que era um período terrível, ninguém estudava, eles só faziam a quarta série e pronto, estava bom, aprendia a ler e escrever e pronto”. As crianças trabalhavam nas laminadoras, estendendo lâminas ao sol, para completar a renda familiar,

fato extinto a partir do sancionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cujo artigo 60 proíbe o trabalho infantil, salvaguardando o de aprendiz, a partir dos 14 anos, sem comprometer a escolarização.

Além do perigo que envolvia o setor madeireiro, era marcante a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Muitas madeireiras funcionavam em locais distantes do núcleo urbano e, para manter os funcionários atrelados exclusivamente ao trabalho, as empresas ofereciam alojamento para os homens solteiros e casas para os funcionários com família (colônias das madeireiras). As acomodações, colocadas como vantagem ao funcionário, no entanto, eram uma forma de o empresário ter maior controle sobre os empregados. As condições dessas moradias eram “básicas”, com o mínimo de conforto. Tal situação é também referendada por Picoli (2004) em estudos sobre a região.

Esse setor, geralmente, não exigia muita qualificação, por isso, a baixa escolaridade. Os rendimentos giravam em torno de um salário-mínimo e meio. Recebiam maior numerário apenas os cargos de maior periculosidade, os que demandavam maior conhecimento tecnológico, além dos cargos de gerência. Primeiramente, a remuneração era mais elevada pela grande quantidade de madeireiras à época e, também, pela escassez de mão de obra, que eleva o valor remuneratório para atrair funcionários e selecioná-los. Posteriormente, com a oferta abundante de trabalhadores, os proventos diminuíram ou ficaram estagnados.

A qualidade de vida das pessoas era razoável, os madeireiros sempre com dificuldade, um ou outro se destacava. A indústria não dava um bom emprego, com exceção do laminador e do serrador que eram os principais, o resto era assalariado que faziam só para comer, não tinham muito futuro não. Por ser um trabalho bem sacrificado, o pessoal não recebia um salário justo (AUTÔNOMO, 70 anos).

Os donos de madeireira vinham explorar, pegavam tudo que produziam, dava muito dinheiro e levavam para o Paraná e aqui ficavam só os empregados ganhando os salarinhos. Para a cidade não foi bom, tinha emprego, mas, morreu bastante gente debaixo de toras (APOSENTADA, 57 anos).

Mesmo diante das dificuldades e dos baixos salários, havia uma conformidade com a situação diante do quadro estrutural socioeconômico do país. O trabalhador resignava-se e ainda se sentia agradecido por estar trabalhando. Ainda, mergulhado em uma conjuntura sem grandes perspectivas, que carregava desilusões econômicas de exclusão de onde provinha anteriormente, acreditava na ideia de que aquilo que possuía

era satisfatório, uma espécie de “contentamento” e aceitação em relação à realidade em que o trabalhador se encontrava, situação que Marx (1994) denomina de *alienação*.

De acordo com os relatos dos entrevistados, havia um fluxo expressivo e rotatividade de pessoas e, por extensão, circulava muito dinheiro; entretanto o lucro real não era distribuído com equidade, nem mesmo aplicado no próprio município. Os donos das madeireiras (capitalistas), os intermediadores, ou seja, os que exploravam a floresta, levavam os rendimentos para outros locais ou aplicavam em fazendas de agricultura que empregavam poucas pessoas. Dessa forma, para a municipalidade cabia o ônus: as estradas destruídas, a poluição, a fumaça, a poeira, a serragem, a degradação, a exploração socioambiental e a necessidade de desenvolver políticas públicas e serviços para uma população em condição de miserabilidade.

Assim, uma pequena margem do giro financeiro permanecia no comércio da cidade, em forma de salário que nem sempre era pago em dia. Tal situação gerava “vales”, que os donos das madeireiras destinavam a sócios, a conhecidos ou para suas propriedades comerciais, basicamente, uma troca de trabalho por comida e vestuário.

Nesse cenário, ainda, outro fator agravante era que, no período das chuvas, as madeireiras reduziam as atividades e muitos ficavam sem trabalho. As empresas que não possuíssem estoque de madeira diminuía o número de funcionários ou os salários, ou concediam férias coletivas. Tal situação obrigava, necessariamente, o indivíduo a fazer uma reserva dos recursos salariais no período da estiagem (abril a setembro) para sobreviver na época das águas (outubro a março). Logo, a crise sazonal atingia toda a cidade, porque a maioria da população trabalhava neste setor (PANOSSO NETTO, 2002).

O auge da produção de madeira (tora por m<sup>3</sup>), em Vera, ocorreu na década de 1990. Em 1991, o município respondia por 12,7% da produção de madeira em m<sup>3</sup> do estado de Mato Grosso, mantendo a média até 1995 (11,1%); em 1996, iniciou o declínio da produção, caindo para 5,9%. Em 1997, Feliz Natal e Nova Ubiratã foram desmembrados do município de Vera, que antes possuía 29 mil km<sup>2</sup> de extensão territorial, e, após as emancipações, ficou com três mil km<sup>2</sup> (PANOSSO NETTO, 2002).

A extração florestal em Vera ocorreu de modo exploratório e desregrado, sem a preocupação com a sustentabilidade, por isso, a ascensão do setor foi intensa e rápida. A força de produção perdurou até meados do decênio de 1990, empregando em média 1.500 trabalhadores formais, mas também havia um número expressivo de trabalhadores

informais. Na atualidade, existem 17 indústrias madeireiras em funcionamento, entre serrarias, laminadoras, fábricas de portas, forros, entre outras. No entanto, ao aferir os dados junto ao setor de tributos da prefeitura municipal, esse número é dúbio, pois uma mesma empresa física utiliza duas ou mais razões sociais para executar suas funções.

A partir da diminuição da extração madeireira, teve início a expansão, bem como a estruturação, da agricultura comercial de larga escala. Assim, o setor madeireiro perdeu força econômica em Vera e no norte de Mato Grosso; no entanto, são visíveis as marcas do período que gerou intensa extração madeireira em Vera, bem como nos demais municípios da região. Há enormes barracões abandonados nos arredores da área urbana que abrigaram as antigas empresas madeireiras; algumas dessas construções já foram demolidas e outras são reaproveitadas em atividades comerciais ou industriais.

### **Estruturação e expansão do agronegócio: produção e implicações socioambientais**

Na década de 1990, houve a melhoria das estradas e a tecnologia agrícola utilizada amplamente nos municípios do entorno (como Sorriso e Sinop) adentrou o território de Vera. Nesse período, a economia do setor madeireiro diminuiu, dando espaço à agricultura comercial, sobretudo a produção de soja e de milho. Dessa forma, Vera passou a compor gradativamente a rede de produção de *commodities* voltada ao mercado externo.

Nesse ínterim, algumas empresas internacionais de comércio de grãos como Bunge, Archer Daniels Midland, Cargill, entre outras, passaram a atuar na região norte de Mato Grosso. A produção era feita em mercado nacional; no entanto, o destino e a comercialização dos produtos eram (e são ainda) controlados em nível internacional, por meio das *trades*. Na atualidade, o campo é monopolizado e subordinado às multinacionais, que manipulam desde a venda das sementes, dos insumos, dos agrotóxicos, dos implementos, até a comercialização dos produtos (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com o entrevistado M/12, ele e sua família chegaram à cidade de Vera no ano de 1975, mas começaram a plantar soja somente em 1986, seguindo assim por anos consecutivos. Segundo o agricultor, esse cultivo se expandiu pelo cerrado até chegar a Sorriso e, no início da década de 2000, já era cultivado em larga escala em Vera, acelerando a transformação da paisagem da região e da floresta Amazônica, que foi sendo substituída pela monocultura desse grão. Em relação ao município de Vera, o processo de colonização e o período profícuo das indústrias madeireiras provocaram o



desflorestamento e a perda da biodiversidade; no entanto, foi o agronegócio que modificou substancialmente a paisagem socioambiental em virtude da supressão de milhares de hectares de floresta e reestruturação produtiva.

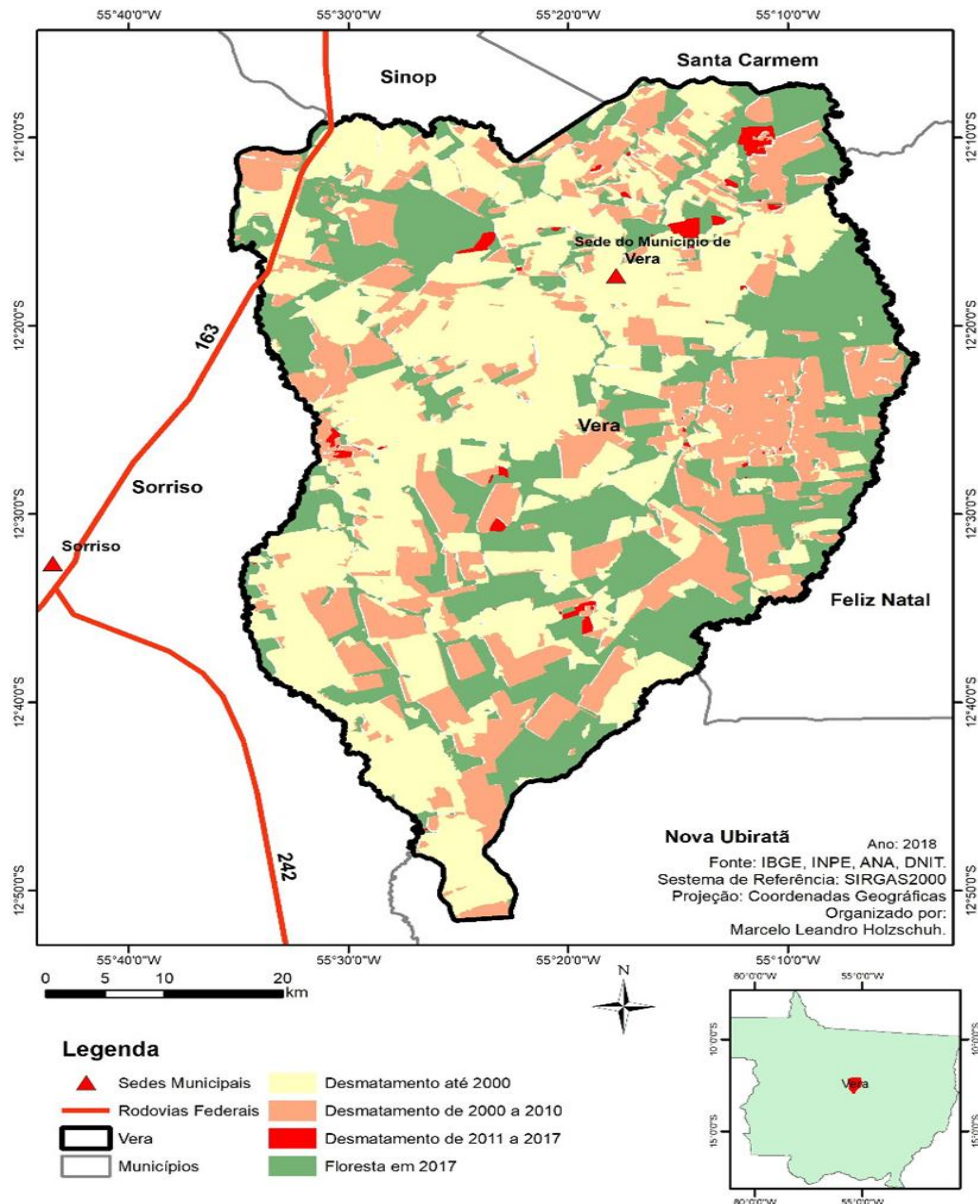
Como consequência, a mecanização começou a produzir compactação do solo, assoreamento de nascentes e córregos. De acordo com a Secretaria de Agricultura municipal, em um estudo desenvolvido com a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), no ano de 2018, de um total de 394 nascentes, 164 estão em áreas desmatadas e, desse total, aproximadamente 79 estão assoreadas.

Para a maioria dos entrevistados, os madeireiros contribuíram para o desflorestamento: cortavam as árvores selecionadas, abriam estradas e clareiras, executavam derrubadas sem projetos e sem manejo florestal, mas a floresta permanecia. Entretanto, a maior transformação dos sistemas ecológicos sobreveio da pressão ocasionada pela busca de terra à agricultura comercial, que suprimiu imensas áreas de floresta nos espaços de interesse, modificando substancialmente a paisagem do bioma para ser utilizado por máquinas que precisavam de um terreno linearizado. “Os madeireiros entravam nas fazendas e derrubavam só a madeira grossa, o mato ficava, se regenerava. Eles só exploravam aquela madeira mesmo. A grande destruição veio com a lavoura” (DONA DE CASA APOSENTADA, 75 anos).

Assim, a produção de soja foi se estruturando em Vera e modificando a paisagem natural e social local, ocupando áreas de florestas e propriedades de subsistência. O salto na produção ocorreu no ano de 2008 e, desde então, vem progredindo. Ao mesmo tempo, é produzido o milho na entressafra com a soja, o arroz e o feijão (IBGE, 2017).

A imagem (figura 2) revela a progressão do uso e da ocupação da área de Vera, tornando visível que a grande supressão vegetal ocorreu até o ano de 2010, sendo responsável por diversas formas de degradação ambiental. Dessa forma, até o ano de 2000, a área desflorestada correspondia a 41,79% da área total do município, assim, uma progressão notadamente a partir de 2004. É importante ressaltar que o processo de desflorestamento continua em expansão de modo mais contido; contudo, em 2017, a área desflorestada se estendia por 66,25% de toda área territorial municipal.

Figura 2: Expansão do desflorestamento em Vera, MT



Os entrevistados relatam a percepção das alterações nesse local e correlacionam as dissonâncias ambientais com o modo produtivo estabelecido em toda a região. As principais mudanças ambientais percebidas são as relacionadas ao clima (aumento do calor), ao regime das chuvas, escassez de água, de peixes, “os rios não enchem mais tanto e diminuíram os peixes”. Ao buscar uma resposta para essas alterações do ambiente, os entrevistados associaram com o desmatamento.

O clima mudou pela falta do mato, da floresta. A verdade é que a nossa chuva vem da Amazônia, não é do Sul ou de outro lugar. Sem a Amazônia não teria chuva. O clima aqui hoje mudou demais porque desmatou a floresta, a chuva vai diminuindo cada vez mais. Desmataram muito quando começou a lavoura (AUTÔNOMO, 64 anos).

Nesse contexto, o agronegócio exige grandes áreas de terra e um ritmo acelerado de produção e, para tanto, utiliza grandes quantidades de insumos, alta tecnologia e maquinaria, que procura minimizar os custos econômicos do trabalho, resultando em maior produtividade e diminuindo drasticamente a empregabilidade (PIGNATI, 2007).

O uso intensivo de agrotóxicos, aplicados por tratores ou aviões agrícolas, extrapola a área das plantações. A nuvem de veneno contamina as plantas, os animais, o solo, o ar, toda a rede hídrica, os próprios trabalhadores e suas famílias, a população e as lavouras vizinhas, ou seja, todo o complexo ecológico contido nesse ambiente. Além do contágio, emite odores e ruídos desagradáveis (PIGNATI, 2007).

Em Vera, a agricultura comercial é cultivada inclusive nas proximidades e limites da área urbana, em todo o entorno do perímetro urbano, desrespeitando a legislação e trazendo riscos à saúde da comunidade. Desse modo, quando fazem uso de fertilizantes e de agrotóxicos, o veneno é levado pelo ar, contaminando toda a vizinhança pela deriva, espalhando-se pelos quintais, residências e nas áreas próximas da agricultura familiar em assentamentos. Ainda, danifica hortas e plantas ornamentais: “Aqui não sai nada, plantei uns pés de mexerica e morreram todos depois que passaram o secante na soja!”, desabafa a moradora que reside na área urbana, em frente às lavouras de soja e milho.

Na época das madeiras era muito prejudicial à saúde principalmente em razão da fumaça das queimadas, mas hoje também é terrível! Considero ainda pior, pois vivemos na beira da cidade e tem plantação em toda volta da cidade, então, naquela época morria-se pela fumaça e agora morre pelo veneno! (DONA DE CASA APOSENTADA, 68 anos).

Destaca-se que esses procedimentos desconsideram a legislação. O Decreto nº 1.651, de 11 de março de 2013 (MATO GROSSO, 2013), regulamenta a Lei nº 8.588, de 27 de novembro de 2006, a qual prescreve que a distância mínima para a aplicação de agrotóxicos é de 90 metros de povoações, de moradias e de criações de animais. O referido Decreto passou por algumas alterações quanto à distância, ainda assim, o que consta no artigo 45 (Lei nº 8.588/2006) é o que está em vigor; no entanto, essa distância

é desrespeitada. A agricultura comercial é cultivada também em todo o entorno da área urbana e os “venenos” são administrados na mesma proporção das outras localidades.

De acordo com Pignati (2007), diversas pesquisas realizadas comprovaram a relação direta do uso de agrotóxicos com riscos e danos à saúde. A recorrente exposição a esses agentes químicos está correlacionada ao aumento de várias doenças por contaminação ampliada (intoxicações agudas, neoplasias, má-formação congênita, abortos, depressão, entre outras enfermidades). Nesse contexto, foi detectada a presença de agrotóxicos nos alimentos e na água consumida, visto que se infiltra nos lençóis freático e artesiano, alcançando os aquíferos, contaminando a rede hídrica. A poluição tende a aumentar em virtude da liberação do uso de novos agrotóxicos (muitos proibidos em outros países) e da ineficiência das leis ambientais.

Um estudo realizado em Campo Novo do Parecis (316,90 km de distância de Vera) apontou alto risco de contaminação ambiental por resíduos tóxicos; 45,6% dos produtos (fungicidas, fertilizantes, agrotóxicos, entre outros) foram classificados como altamente ou extremamente tóxicos, sendo que, dos agrotóxicos utilizados na região, 26,1% apresentam riscos de contaminação das águas subterrâneas (SOARES; FARIA; ROSA, 2017). Tal situação é similar à condição encontrada em Vera.

Dentre os 20 sujeitos da pesquisa, 13 mencionam casos de câncer na família, totalizando 18 episódios. Cabe observar que só foram registrados os familiares que residem no município em um prazo igual ou superior a 15 anos. Além das ocorrências de câncer, foram observados abortos (dois casos) e depressão (11 casos), entre outras enfermidades que apareceram em menor incidência. Os números abrem precedente para um estudo mais aprofundado sobre o assunto na área em questão, envolvendo a comunidade, certamente, tendo em vista que os dados foram obtidos via informação direta.

Além dos malefícios à saúde, a territorialização e a expansão da agricultura capitalista de larga escala provocam diversas implicações socioeconômicas. Por conseguinte, a título de exemplo, tem-se a exclusão e a expropriação do pequeno produtor, que nem sempre possui subsídios financeiros para adquirir os pacotes técnicos da agricultura comercial (GIRARDI; FERNANDES, 2004). Na sequência, a Tabela 1 explicita a estrutura fundiária estabelecida no município de Vera, destacando a concentração de terra nas médias e grandes propriedades.

**Tabela 1:** Estrutura fundiária do município de Vera até 2014

Estrutura Fundiária 2003/2014	Nº de Estabelecimentos	Área Total (ha)
Minifúndio	107	3.986,08
Pequena propriedade	159	29.384,78
Média propriedade	75	50.076,29
Grande propriedade	11	44.921,62
Não classificada	11	10.408,90
<b>TOTAL</b>	<b>363</b>	<b>138.777,67</b>

Fonte: Adaptado de Kohler (2017).

Nesse cenário estrutural agrário (tabela 1), em Vera, a produção de soja e de milho tem se sobressaído nos últimos anos, como em outros municípios da região, ultrapassando anualmente os recordes na produção, demonstrando ser um empreendimento lucrativo aos produtores, às empresas e às corporações do agronegócio. Para maior visualização do contexto, na Tabela 02, a seguir, destaca-se a utilização da terra pelas lavouras temporárias cultivadas no município de Vera e na Tabela 03, evidenciam-se os principais produtos da lavoura temporária naquele ano, com destaque à soja e ao milho.

**Tabela 2:** Utilização da terra em Vera, MT, no ano de 2017

UTILIZAÇÃO DA TERRA EM VERA – 2017	
Lavouras permanentes	12 hectares
Lavouras temporárias	136.991 hectares
Áreas de pastagens	8.339 hectares
Agrofloresta	517 hectares
Matas/florestas	81.658 hectares

Fonte: IBGE (2017).

**Tabela 3:** Principais produtos da lavoura temporária em Vera no ano de 2017

LAVOURAS TEMPORÁRIAS - 2017			
PRODUTO	Estabelecimentos	Toneladas	Hectares
Soja	208	469.040	131.860
Milho	207	732.445	109.981
Feijão	18	15.342	8.483
Arroz	17	10.195	2.365

Fonte: IBGE (2017).

Nesse espaço, há anos vem ocorrendo o alargamento das grandes propriedades, que vão incorporando as menores, ação conhecida em outras regiões do Brasil e uma das razões que motivou o direcionamento dos camponeses à região amazônica e para Vera, na década de 1970. No entanto, novamente, essas pessoas estão acucadas em meio à hegemonia territorial da agricultura comercial, com dificuldades para produzir e sobreviver em suas propriedades. Cabe ressaltar que os subsídios e os incentivos aos pequenos agricultores são mais difíceis de serem captados, em comparação com as vantagens às grandes propriedades, assim como padecem a ausência de assistência. Ocorre ainda uma assimetria de influência no poder político local, regional ou nacional.

A cada ano vai diminuindo a quantidade de produtores e, por outro lado, vão aumentando os latifúndios, cada ano tem menos produtores em Vera. Isso, na minha opinião, não é bom para o município porque vai concentrando as terras e o dinheiro acaba ficando nas mãos de poucos, o município recebe pouco retorno da produção. O ônus para o município é maior do que o benefício (AUTÔNOMO, 70 anos).

No município, em meio à expansão da agricultura empresarial, coexiste um número expressivo de agricultores familiares, que produzem alimentos diversificados a partir das propriedades remanescentes do período inicial, e de membros de assentamentos que se mobilizaram para o acesso à terra, nas lutas contemporâneas do campesinato. Além das pequenas propriedades que resistem no entorno da cidade, há dois assentamentos no município: o Projeto de Assentamento Califórnia e o Assentamento Jonas Pinheiro.

Assim, se a luta por acesso à terra ocorreu, a agricultura familiar tenta sobreviver nesse contexto desleal. O Projeto de Assentamento Califórnia compreende uma área de 7.514 hectares, em 232 lotes. Inicialmente, a ideia era abarcar a agricultura familiar; no entanto, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Vera, dos 232 lotes, 85% estão voltados à agricultura comercial, e apenas 15% cultivam a agricultura de subsistência e a criação de gado leiteiro. O assentamento Jonas Pinheiro compreende uma área de 4.519 hectares divididos entre 238 lotes, em que 20% estão voltados à agricultura comercial, 15% dedicam-se à pecuária de corte e 65% à agricultura de subsistência, tais como arroz, feijão, batata-doce, mandioca, hortaliças, entre outras.

Desse modo, o caso observado em Vera, a respeito da desconfiguração estrutural nos assentamentos, é reflexo da pressão exercida pelo agronegócio em constante expansão e disputa por terras. Após o processo de colonização, a configuração dos

latifúndios, nesse momento, pressiona os pequenos agricultores à entrada no segmento de produção de grãos (soja e milho), ou mesmo a alugar/arrendar as áreas. Em muitas ocasiões, o campesino tem suas propriedades próximas das lavouras comerciais ou ilhadas entre elas. Dessa forma, são atingidos pelos resíduos de insumos, fertilizantes e agrotóxicos, o que dificulta o desenvolvimento de suas lavouras e de suas vidas.

Diante disso, é notória a falta de assistência ao campesino no que diz respeito à reforma agrária, da forma como é realizada no contexto nacional, fato também observado na área de estudo. Conforme Camacho (2010), reforma agrária não é apenas disponibilizar terra ao campesino, ele precisa de acessibilidade, de assistência técnica, de crédito e de financiamento para realmente sobre“viver” em seu lote e poder, de fato, cumprir a função social da terra. No entanto, o que se observa é a carência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura campesina/familiar.

Ainda, fato alarmante observado na área de estudo é que muitos filhos daqueles trabalhadores excluídos de outras regiões do país, principalmente do Sul, que rumaram para esse local em busca de um futuro melhor, continuam nessa luta, na esperança de um dia conseguir seu pedaço de terra, pois a sorte e a fartura não foram alcançadas por todos. Consta-se que a luta foi de muitos, mas a vitória foi de poucos<sup>3</sup>. Nesse espaço, a desigualdade social e econômica é significativa, há alta concentração de terras e de renda.

Ainda, sobre a agricultura comercial desenvolvida, os sujeitos da pesquisa percebem que o formato adotado não traz benefícios para o conjunto da sociedade, embora seja altamente rentável aos grandes proprietários. São poucos os favorecidos e a maioria está excluída dos lucros advindos dessa atividade. Para um desenvolvimento social local, citam a necessidade de diversificar a agricultura e reorganizar o espaço em questão.

A cidade é movida por essa riqueza, mas o lucro não beneficia a todos, não. A grande maioria da população, principalmente da periferia, não vive com qualidade de vida, qualidade de vida financeira. O agronegócio gera riquezas para o país, mas em um total de 100% do lucro não beneficia nem 5% das pessoas do município, poucos enriquecem, o resto são dependentes dessa riqueza, não beneficia toda a população (MOTORISTA, 68 anos).

---

<sup>3</sup>Observa-se, porém, que a referência não é a respeito do migrante capitalizado, que veio com intenção de multiplicar suas riquezas ou com interesse na especulação imobiliária, mas sim ao migrante campesino expropriado.

Ninguém come só milho, ninguém come só polenta, ninguém come soja. Essa soja é mais para fazer ração para os animais. Eu não acho muita vantagem nessas lavouras gigantes de soja. Eu acho que a vantagem é plantar o arroz, o feijão que vai pra mesa da gente. Tem que investir e apoiar a agricultura familiar, assim eles poderiam ter mais produtos na feira, na alimentação na cidade, alimentos com mais qualidades, mais variedades de verduras e frutas (APOSENTADA, 75 anos).

Frise-se que a tecnificação da agricultura com máquinas agrícolas de grande porte trouxe outro grande problema para o campo, tendo em vista que reduziu gradativamente os postos de trabalho, principalmente da mão de obra braçal, substituída por grandes e modernas máquinas. Além disso, a empregabilidade para o manejo de máquinas é temporária, sendo que, hoje, muitos são provenientes de fora da cidade e da região, ou seja, é uma população volante.

Desse modo, a tecnologia altera todos os ângulos da rotina do campo (com melhorias, como internet e energia, entre outros), visto que, para os trabalhadores permanecerem empregados, precisam de frequente qualificação, porém não são todos os que conseguem as habilitações necessárias e não há ocupação para todos, desencadeando uma situação de poucos postos de trabalho e o esvaziamento do campo (SILVA FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2010). Assim, na medida em que se tecnifica o campo com padrões da agricultura industrial, há uma relação direta na diminuição de empregabilidade, situação que obriga o indivíduo a deixar o município rumo às cidades-polo no entorno.

Em Vera, essa situação já é observada, pois há grandes propriedades com padrões empresariais, adotando a monocultura da soja e do milho, empregando poucos funcionários. Acrescenta-se, assim, que o quadro tende a piorar, pois as lavouras de soja estão gradativamente aumentando e, de acordo com Girardi e Fernandes (2004), a referida cultura é a segunda que menos emprega no país, perdendo apenas para o cultivo de trigo.

O índice de emprego é pequeno e as fazendas estão cada vez maiores, diminui até a população da cidade, muitos foram embora porque aqui não tem emprego. Nós tínhamos uma população maior e tinha mais empregos na época das madeiras e hoje já não se tem mais, estamos tendo bastantes fazendas de alimento para o mundo, mas para nossa região não produz. A grande agricultura dá resultados econômicos para uma minoria, mas não emprega o povo. O agronegócio não gera tanto emprego quanto dizem, a lavoura tem muitos maquinários que substituem as pessoas (CAMPESSINO, 70 anos).

Assim, em tempos de globalização, com o dinamismo das tecnologias, os espaços são orquestrados, organizados e manipulados à distância. Empresas transnacionais e



*holdings* coordenam e comandam os espaços à distância. Empresários do agronegócio e latifundiários absorvem os lucros, deixam para trás a poluição tóxica em um misto de fumaça e veneno. Esses capitalistas não respiram esse ar, não bebem dessa água, apenas assistem a distância, em suas casas confortáveis, em seus empreendimentos exteriores, a decadência dos que ficam (migrantes, camponeses, senhores, senhoras, filhos da luta) subsistindo, vendo seus sonhos se desfazerem; porém, sem desistir.

A nova burguesia agrícola reside em centros urbanos médios e grandes, comanda o negócio, mas não tem mais vínculo com a terra (uma agricultura sem agricultores). Além disso, organiza-se em grupos empresariais e movimenta o negócio, de certo modo, à margem dos interesses locais. Muitas vezes, concedem apoio às festividades, fazendo de conta que se importam com a sociedade; no entanto, apenas o fazem para garantir o *status* de hegemonia social, um aparente elo com a comunidade local.

A tecnificação do campo em Vera tem provocado o esvaziamento do campo: as propriedades vão se ampliando e englobando as terras vizinhas e modificando as relações de trabalho. É possível constatar grandes extensões de terras com poucos funcionários, e os que ficam no campo também podem ser substituídos a qualquer momento no contexto das modernizações, fusões de grupos, reestruturações produtivas e organizacionais. Segundo pesquisas, para cada trator adquirido, praticamente, quatro pessoas perdem seu emprego no campo, portanto, uma tendência que está ocorrendo em todos os lugares. De acordo com o IBGE, em 2018, foi possível verificar em Vera: 603 tratores, 215 plantadeiras e 314 colheitadeiras, todas máquinas de grande porte.

Muitos trabalhadores perdem seu emprego no campo, direcionando-se, então, para a área urbana; entretanto, a cidade oferta poucas oportunidades de trabalho, visto que há poucas indústrias ou agroindústrias, o que resulta na saída desses sujeitos para as cidades vizinhas. Desse modo, acabam sendo marginalizados em razão do sistema produtivo instalado. Excluídos, dirigem-se para os centros urbanos, assim, juntam-se ao grande exército de reserva à disposição dos empreendimentos capitalistas urbanos, em especial os imobiliários. Além disso, no local, o despovoamento começa a se tornar algo problemático, como em tantas outras pequenas cidades do país.

Aos jovens verenses, a oportunidade de trabalho/estudo também é escassa. Poucos finalizam o ensino médio (quando conseguem finalizar); o abandono escolar tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Segundo dados da escola estadual

presente no município, a evasão ultrapassou 30% entre os alunos matriculados no Ensino Médio, nos últimos anos. Uma das razões é a dificuldade financeira familiar, o que leva o aluno a optar entre prosseguir nos estudos ou ajudar financeiramente os seus responsáveis. Para fazer um curso técnico, os estudantes precisam se deslocar até as cidades vizinhas (Sinop, Sorriso, ou outras mais distantes, como Cuiabá, Alta Floresta), assim como para educação superior, ou até mesmo uma especialização, situação que quase sempre significa um não retorno ao campo: “Como aqui não tem emprego para todos, nossos jovens estão saindo pra estudar fora. Nossos filhos se vão para trabalhar em outra cidade e não retornam mais” (SERVIDORA APOSENTADA, 67 ANOS).

Ressalta-se que a realidade observada em Vera se repete nas cidades vizinhas e na região norte mato-grossense (em grande porção do estado de Mato Grosso e da região Centro-Oeste), uma vez que são espaços do agronegócio, em que a agricultura comercial e seu aporte se destacam ao ser comparados com outros setores agrícolas e/ou econômicos. Desse modo, as chances ao trabalhador com pouca qualificação pessoal são pífias nesse espaço construído para que o capital triunfe, na dialética capitalista: “onde muitos têm pouco e poucos têm muito”.

### **Considerações finais**

Com base no estudo em tela, foi possível conhecer panoramicamente o processo histórico da formação e desenvolvimento territorial do município de Vera. História que teve como princípio impulsionador o pensamento econômico que se materializou a partir da geopolítica de integração do Centro-Oeste e Amazônia, na década de 1970, sendo criada, inicialmente, como Gleba Celeste – projeto de colonização desenvolvido pelo Grupo Sinop. A empresa imobiliária adquiriu terras na Amazônia Legal, no norte de Mato Grosso, e revendeu-as para grupos de migrantes, em sua maioria, membros do campesinato oriundos do Sul do Brasil. Criou-se o núcleo colonial, abriram-se estradas, recortou-se a terra, vendeu-se como mercadoria. Trabalhadores (operários, peões) foram inseridos no contexto como mão de obra para o processo (re)configurador do território.

A constituição territorial de Vera foi regada de implicações socioambientais. No primeiro momento, no estabelecimento do núcleo urbano, iniciou-se a supressão vegetal e o desequilíbrio ecológico, uma vez que áreas de floresta foram destruídas para dar espaço às estradas, lotes rurais, urbanos, ou seja, à constituição do município. Houve,

também, o desrespeito e desconsideração aos povos originários desse espaço, pois a etnia kaiabi, que habitava a região, foi deslocada ao Xingu. Igualmente, desconsideração aos grupos de camponeses, que, iludidos por promessas, foram direcionados ao projeto de colonização, no qual se submeteram a implicações diversas: falta de estradas, pontes, isolamento, falta de comunicação, doenças tropicais, falta de água tratada, energia elétrica, escassez alimentar e de atendimento médico-hospitalar, educação, entre outras questões desfavoráveis. Entende-se que o grupo foi direcionado ao local de modo planejado e negligenciado pela empresa colonizadora, que objetivava lucrar com os empreendimentos imobiliários; e pelo Estado, que precisava de mão de obra para a expansão da fronteira agrícola capitalista.

Em razão das dificuldades em desenvolver a agricultura em Vera, o suporte econômico ocorreu por meio das indústrias madeireiras, que, nos primeiros anos, tinham como ofício serrar as árvores e enviá-las para que fossem beneficiadas em outros lugares. Assim, período de grande supressão e desperdício florestal, tanto pela abundância quanto pelo desconhecimento madeireiro. Época de extrema exploração e periculosidade para o trabalhador e para seus familiares. Acidentes de trabalho eram frequentes, os salários eram mal pagos e com atrasos recorrentes. O ar era irrespirável em razão do excesso de queimadas dos resíduos das indústrias madeireiras, bem como queima da vegetação no processo de abertura de áreas para a agropecuária.

De modo predatório e sem manejo, as indústrias madeireiras entraram em declínio no final da década de 1990, época em que a agricultura comercial começou a se expandir e reestruturar o campo (modo de trabalho e produção). Atualmente, o município de Vera tem como atividade econômica principal a agricultura comercial: soja e milho. O território, que foi planejado há quase 50 anos, para desenvolver a agricultura camponesa, está dominado pelo agronegócio. É um local de agricultura sem agricultores, com uso excessivo de agrotóxicos e crescente número de maquinários e tecnologia agrícola, mas sem espaço para os trabalhadores e seus filhos, os quais não encontram lugar nem no campo nem na cidade, uma vez que as atividades econômicas não ofertam vagas ocupacionais suficientes para absorver a mão de obra disponível.

Compreende-se, portanto, que os sonhos e a luta, que tanto motivaram o movimento de centenas de camponeses para constituir o território local e os demais da fronteira amazônica, continuam como um objetivo distante de ser alcançado, pelejado e

muitas vezes sufocado. Grupos capitalistas nacionais ou internacionais apropriaram-se do espaço, comandam e gerenciam. O lócus serve mais aos que estão distantes, em detrimento dos cidadãos que lá vivem, com seus filhos e netos, tendo dificuldades para a sua própria reprodução sociocultural, pois o capital e o Estado privilegiam a acumulação em detrimento da vida e da sustentabilidade do território.

### Agradecimentos

Os autores agradecem aos interlocutores da pesquisa e o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT, através do financiamento do projeto Estudo das formas de relação das atividades econômicas (pecuária e produção de grãos) com a água na Amazônia norte mato-grossense e suas consequências.

### REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106/1970, de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun.1970, s. 1, 4521. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-577. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. **Agrária** (São Paulo. Online), n. 13, p. 169-195, 2010. Disponível em: < [www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45578](http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45578) >. Acesso em: 23 mar. 2020.

GIRARDI, Eduardo Paulan; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização da produção de soja no Brasil:1990-2002. 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. **Anais...** Gramado, RS: UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Territorializacaodasoja.p>>. Acesso em: 18 set. 2018.

GONÇALVES, Juliana Seawright. A evolução da proteção da Reserva Florestal Legal no Brasil e a segurança jurídica. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 237-264, 2018. Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/5104>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=510850>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

KOHLER, Marisa Regina. **A educação ambiental no contexto da Amazônia mato grossense: concepções e práticas docentes na educação básica do município de Vera, MT**. 178 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994, 6 v.

MATO GROSSO. SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.seplag.mt.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.651, de 11 de março de 2013**. Regulamenta a Lei 8.588, de 27 de novembro de 2006. Dispõe sobre o uso, a produção, o comércio, o armazenamento, o transporte, a aplicação, o destino final de embalagens e resíduos. Diário Oficial do Estado, 11 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/51839391/doemt-11-03-2013-pg-1>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira da Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB, 1990.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Mato Grosso: EdUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Vera: a princesinha do Nortão: uma contribuição ao estudo da ocupação da Amazônia mato-grossense**. Campo Grande: Ed. Eletrônica, 2000.

PANOSSO NETTO, Alexandre. Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização. **UCDB**. Campo Grande, v. 1, p. 147, 2002.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: o silêncio das árvores, uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras**. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

PIGNATI, Wanderlei Antonio. **Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso**. Rio de Janeiro: s.n., 2007. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/4567/2/294.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Papyrus, 1985.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Renata Maria da; BAMPI, Aumeri Carlos. Entre a motivação e a precariedade: a situação camponesa no processo inicial da colonização na gleba celeste, Vera, MT. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 169-192, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7056/pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA FILHO, Luís Abel da; SILVA, Jorge Luiz Mariano da; QUEIROZ Silvana Nunes de. Avaliação empírica do emprego formal agropecuário na região Centro-Oeste no período de 2000 a 2008. **Perspectiva Econômica**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.01-22, 1 dez. 2010. UNISINOS. Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva\\_economica/article/view/4276](http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4276)>. Acesso em: 10 jan. 2019

SOARES, Dayane Fonseca; FARIA, Anízio Márcio; ROSA, André Henrique. Análise de risco de contaminação de águas subterrâneas por resíduos de agrotóxicos no município de Campo Novo do Parecis (MT), Brasil. **Engenharia sanitária e ambiental**, v. 22, n. 2, p. 277-284, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/esa/a/k65RfZykKnXYkqRbVJvpZSc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2021

WEIHS, Marla; SAYAGO Doris; TOURRAND Jean-François. Dinâmica da fronteira agrícola do Mato Grosso e implicações para a saúde. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.323-338, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890024>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Recebido em 23/03/2021.

Aceito para publicação em 18/06/2021.